

A Guiné-Bissau na política externa de Marrocos

GUSTAVO PLÁCIDO DOS SANTOS

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

O rei de Marrocos, Mohamed VI, deslocou-se à Guiné-Bissau, a 28 de Maio de 2015, para uma visita de dois dias com o propósito de relançar as relações bilaterais.¹ A visita fez parte de um périplo pela África subsaariana que incluiu três dos principais parceiros subsaarianos de Marrocos: o Senegal, a Costa do Marfim e o Gabão. À primeira vista, é fácil estranhar a inclusão da Guiné-Bissau. No entanto, tudo se torna mais claro quando se olha para o contexto em que Marrocos está inserido e para a política externa seguida por Rabat ao longo dos últimos anos. Em linhas gerais, o périplo é representativo do objectivo de Marrocos em contornar o seu relativo isolamento no continente africano — não pertence à União Africana —, apostar na cooperação Sul-Sul e fazer do continente africano uma “prioridade estratégica”.² De facto, desde 2000 que o monarca visitou vários países subsaarianos, concluiu acordos bilaterais e tem sido um ávido defensor dos interesses e causas africanas, quer através de contributos para operações de manutenção de paz quer em *fora* internacionais.

O que ressalta na viragem de Marrocos para sul são os interesses económicos. Num contexto de menor procura europeia por

exportações marroquinas, Rabat reconhece a necessidade de desenvolver laços com países subsaarianos de modo a dinamizar a economia nacional, sendo que o foco tem estado na África Ocidental. Ora, esta é a segunda sub-região que mais cresceu no continente em 2014 (5,9%), esperando-se que atinja os 6,2% já em 2015.³ Dada a proximidade geográfica com Marrocos e o potencial associado ao elevado crescimento económico, não surpreende que Rabat olhe com bons olhos para os países da África Ocidental.

No que respeita à Guiné-Bissau entende-se o quão atrativo o pequeno país lusófono é para Marrocos: o regresso à ordem constitucional e a estabilização institucional levará, pelo menos em teoria, ao relançamento da economia guineense, i.e. à emergência de um mercado de consumo e, mais importante ainda, a oportunidades no sector da construção — o país tem uma notória escassez de infra-estruturas, fruto de décadas de má governação e instabilidade política.

Aprofundar relações com a Guiné-Bissau permite a Rabat expandir a sua influência numa região onde grande parte dos Estados tem vindo a criar laços próximos com o Reino — nomeadamente o Senegal, Guiné-Conacri, Costa do Marfim, Mali e Mauritânia —, desta forma formando um bloco estratégico que favorecerá não apenas os interesses políticos e securitários de

1 Foram assinados 16 acordos bilaterais em vários domínios. “África: Guiné-Bissau e Marrocos assinam 16 acordos de cooperação” (*Agência Angola Press*, 29 de Maio de 2015).

2 “Africa, Strategic Priority for Morocco’s Foreign Policy: Minister” (*Morocco World News*, 25 de Maio de 2015).

3 “World Economic Situation and Prospects: Mid-2015 Update” (ONU, 19 de Janeiro de 2015), p. 112.



Marrocos. Dito isto, não são apenas os interesses económicos que motivam a viragem para sul.

Para além de ganhos económicos

A aproximação e reforço de laços políticos e económicos com os países subsaarianos promove a elevação político-diplomática de Rabat, garantindo assim maior apoio em relação a assuntos diplomáticos sensíveis — como é o caso do Sahara Ocidental — e maior projecção e influência em *fora* internacionais. De facto, aquando do fim da visita de Mohamed VI, o Presidente da Guiné-Bissau, José Mário Vaz, reiterou o apoio do seu país à soberania de Marrocos sobre o território disputado. Por outro lado, o Presidente guineense declarou o apoio do seu país à entrada de Marrocos na CPLP com o estatuto de observador, o que se concretizar coloca Rabat numa outra frente diplomática de relevo.⁴

Rabat tem feito uso estratégico da “diplomacia religiosa”⁵ para se aproximar dos países subsaarianos. O rei exerce um discurso moderado do Islão para fomentar laços e aumentar a influência de Rabat. Para esse efeito, tira vantagem das ligações próximas do Islão na África Subsaariana às tradições sufistas de Marrocos e do facto de que, por motivos históricos, muitos dos muçulmanos na sub-região reconhecem a legitimidade da liderança religiosa do monarca. Importa notar que a África Ocidental é a única sub-região na África Subsaariana com uma maioria muçulmana (52,2% em 2010), podendo essa aumentar 60% nos próximos 20 anos.⁶

Essa abordagem tem também o propósito de contrariar e limitar a propagação da ideologia wahabita, a qual tem inspirado os grupos extremistas responsáveis pela instabilidade na região. Este ponto é relevante no que respeita à Guiné-Bissau, onde cerca de 45% da população é muçulmana e que tenderá a representar 48,8% em 2050.⁷ O uso da “diplomacia religiosa”

na sua relação com a Guiné-Bissau é uma estratégia eficiente para não apenas conter a emergência de extremismo religioso no país — com as eventuais repercussões a nível regional —, como também para colocar o país lusófono na esfera de influência de Rabat. Não surpreende, portanto, que Mohamed VI tenha dirigido a oração na Mesquita de Attadamum, em Bissau, aquando da visita.⁸

Acréscimo ainda a relação entre o narcotráfico e a expansão dos grupos jihadistas no Sahel. Apesar da redução dos níveis de narcotráfico na Guiné-Bissau — em larga medida devido ao retorno à ordem constitucional e às operações dos EUA na região —, esse fenómeno mantém-se bem presente. Tal constitui uma ameaça aos interesses de Rabat, na medida em que serve para financiar e promover as organizações jihadistas e criminosas no Sahel — Marrocos é um dos pontos de trânsito entre África e a Europa para a droga proveniente da Guiné-Bissau.⁹

Um dos pontos discutidos durante a visita de Mohamed VI à Guiné-Bissau foi precisamente o reforço da cooperação para a segurança, em particular a luta contra o terrorismo e o crime organizado. O governo de Rabat é um dos principais actores na

luta contra o terrorismo no Sahel e reconhece que o combate ao jihadismo apenas poderá ter êxito através de uma maior cooperação bilateral e regional. Dito isto, o aprofundamento de relações entre os dois países, em particular o objectivo de promover o desenvolvimento sócio-económico e o Estado de Direito na Guiné-Bissau, é uma abordagem necessária para conter potenciais focos de instabilidade e fomentar uma maior e mais eficiente cooperação.

Conclusão

Marrocos tem vindo a diversificar as suas relações externas, virando-se para a cooperação Sul-Sul, nomeadamente para a África subsaariana. Tendo em conta o elevado potencial económico e político-diplomático da região, essa é uma manobra lógica de qualquer Estado que pretenda aumentar a sua influên-

4 “Joint Declaration issued at the end of Official Visit of Morocco King to Guinea Bissau” (*Maghreb Daily News*, 31 de Maio de 2015).

5 Ghita Tadlaoui, “Morocco’s Religious Diplomacy in Africa” (*FRIDE*, 27 de Fevereiro de 2015).

6 “The Future of the Global Muslim Population: Sub-Saharan Africa” (*Pew Research Center*, 27 de Janeiro de 2011).

7 Em contraste, a população cristã tenderá a diminuir de 19,7% em 2010 para 16% em 2050. “Global Religious Futures” (*Pew Research Center*).

8 “Rei de Marrocos dirige oração na Mesquita de Attadamum em Bissau” (*Portuguese News Network*, 29 de Maio de 2015).

9 A Guiné-Bissau foi denominada de primeiro narco-estado no continente africano. “Africa’s Cocaine Hub: Guinea-Bissau a ‘Drug Trafficker’s Dream’” (*Spiegel International*, 8 de Março de 2013).



cia. Estando ciente das limitações derivadas da sua exclusão da União Africana, Rabat tem tomado partido das ligações tradicionais religiosas com as populações muçulmanas na região subsaariana, nomeadamente na África Ocidental, e do seu cada vez mais importante papel no combate ao terrorismo no Sahel. De facto, o manuseamento estratégico que Rabat faz dessas ligações religiosas tem promovido Marrocos como um parceiro de confiança e empenhado na estabilidade e segurança regional, ao mesmo tempo projectando a sua influência. A Guiné-Bissau enquadra-se nessa estratégia e espelha a importância com que Rabat olha para o país no contexto de estabilidade e segurança na África Ocidental. Por seu turno, a aplicação de forma inclusiva da política externa marroquina na sub-região cria as condições para uma maior cooperação regional.

Contribuir para o combate às actividades criminosas, promover o Estado de Direito, consolidar a ordem constitucional e impulsionar o desenvolvimento sócio-económico na Guiné-Bissau é fulcral para a própria estabilidade de Marrocos. Não optar por uma estratégia multidimensional desta natureza constitui um risco que Rabat, uma potência regional em ascensão, seguramente não quererá correr.

A estabilidade interna, o crescimento económico e a afirmação internacional de Marrocos estão profundamente interligados aos destinos da região que abrange o Sahel e a África Ocidental. Dito isto, urge que a Guiné-Bissau, apesar de relativamente menos importante que outros Estados vizinhos, não deixe de ser vista como parte integrante do xadrez complexo onde Marrocos está inserido.

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Parceiros



Mecenas

